

m&s Auto

CONSULTORES DE SEGUROS E RISCO

RELATÓRIO & CONTAS 2015

Be Insured.

Exmos. Senhores Accionistas,
No cumprimento das disposições legais e estatutárias,
submetemos à apreciação de V.Exas.
o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2015

1. A MDS Auto

O objectivo estratégico da sociedade mantém-se inalterado: dotar a MDS Auto das características e volume que lhe permitam ser considerado um dos *brokers* de referência no sector automóvel em Portugal alavancando quer nas suas competência próprias quer no suporte que os seus acionistas que lhe podem proporcionar.



Sem estar imune ao contexto – ao longo do ano a evolução do sector automóvel foi melhorando – o ano de 2015 fica marcado pela procura de soluções que permitam a captação de novos clientes através da criação de protocolos de venda de seguros a clientes em novos parceiros e um esforço adicional nas parcerias já existentes.

2. Enquadramento Macroeconómico

2.1. Mundo

Seis anos após o **Mundo** ter emergido da mais ampla e profunda recessão do pós-guerra, o crescimento global foi novamente decepcionante. A economia mundial manteve-se limitada (+3,1% de crescimento do PIB), devido a um crescimento mais lento nas economias emergentes, que abrandou pelo quinto ano consecutivo (+4% vs +4,6% em 2014) - embora ainda seja responsável por 70% do crescimento mundial - enquanto as economias desenvolvidas registaram uma melhoria marginal (+1,9% vs +1,8% em 2014).

Na **Zona Euro**, a situação económica melhorou consideravelmente, com o crescimento do PIB a acelerar de +0,9% em 2014 para +1,6% em 2015, sustentado por uma procura doméstica saudável. Apesar de um euro mais fraco ter sido um fator favorável para as exportações da zona euro, o ambiente externo não o foi. Os ventos contrários globais e a desaceleração em muitas das principais economias emergentes levou a que as vendas ao exterior tenham caído acentuadamente no terceiro trimestre. Por outro lado, a procura interna manteve-se forte com o consumo privado a ganhar força



devido à queda dos preços do petróleo, à política monetária expansionista e à melhoria gradual das condições do mercado de trabalho.

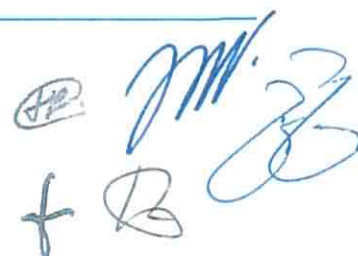
Nos **Estados Unidos**, o PIB cresceu 2,5%, com os dados a sugerirem que a economia está agora significativamente mais robusta do que no passado recente, algo também confirmado pela decisão da Reserva Federal, no final de 2015, em aumentar as taxas de juros pela primeira vez em quase uma década. O crescimento foi apoiado principalmente pelo consumo privado que superou os +3% pela primeira vez desde 2006, refletindo o fortalecimento do mercado de trabalho. Por outro lado, o investimento foi negativamente afetado pela queda dos preços do petróleo, dado o peso do sector petrolífero na economia. As exportações desaceleraram significativamente, refletindo o impacto da valorização do dólar.

A situação nos **mercados emergentes** foi diversificada, mas em muitos casos com desafios relevantes. O crescimento em muitos desses países foi penalizado por preços mais baixos na energia e outras comodidades e pela gradual desaceleração e reequilíbrio da economia chinesa, do investimento e da indústria para o consumo e serviços. Algumas economias emergentes, incluindo o Brasil e a Rússia (os maiores mercados emergentes, depois da China), entraram em recessão em 2015.

2.2. Portugal

Em **Portugal**, a retoma continuou a consolidar-se. O crescimento do PIB acelerou para +1,5%, após um aumento de +0,9% em 2014. No entanto, o crescimento ficou aquém das expectativas, dados os significativos ventos favoráveis vindos do exterior, tais como o baixo preço do petróleo e a política monetária expansionista. O desempenho económico durante o primeiro semestre de 2015 foi forte, mas o crescimento desapontou no segundo semestre, em resultado da estagnação do investimento e do abrandamento das exportações devido à queda das vendas para Angola.

A procura interna continua a ser o principal motor de crescimento, com o consumo privado (+2,6%) a liderar a recuperação e o investimento a consolidar a sua tendência positiva (+4,3%). As despesas das famílias foram apoiadas pela melhoria das condições do mercado de trabalho, pelo sólido aumento da confiança do consumidor e pela queda acentuada da taxa poupança. Os consumidores continuaram a favorecer a aquisição de bens duradouros (+11%), em particular veículos, enquanto o consumo de alimentos e bebidas registou apenas uma melhoria modesta (+1,0%).



3. Evolução do Mercado Segurador

De acordo com os dados divulgados pela ASF, o sector segurador alcançou em 2015 um volume de receitas da ordem dos 11,9 mil milhões de euros, cerca de 11,6% abaixo do valor de 2014.

Estes resultados devem-se à quebra de produção do ramo Vida que registou uma variação negativa de 17,8% em 2015, ascendendo a 8,4 mil milhões de euros enquanto que no ramo Não Vida o volume de receitas cresceu cerca de 7,7%, apresentando um valor de 3,5 mil milhões de euros.

Particularmente acentuadas foram as subidas no ramo Automóvel com mais 5,8% (71,1 milhões de euros), Acidentes de Trabalho com mais 14,2% (63,8 milhões de euros) e Doença com mais 10,5% (58,1 milhões de euros). De notar que desde 2011 que o ramo Automóvel vinha perdendo produção e, apesar da recuperação verificada em 2015 e quando comparado com 2011, a perda acumulada de produção ainda é de 9% (129 milhões de euros). No sector Não Vida, o peso relativo da produção Automóvel representa cerca de 37%.

4. Desempenho Operacional

A MDS Auto continuou em 2015 a apresentar uma carteira diversificada entre o segmento auto e o segmento não auto, mas cuja exposição ao sector automóvel continua a ser cada vez mais elevada, fruto do objectivo estratégico definido para a empresa.

Num contexto económico mais favorável mas muito concorrencial, a MDS Auto atingiu um volume de negócios de 2,2 milhões de Euros, o que representa um crescimento de 18,6% face a 2014 cuja explicação reside, fundamentalmente, na melhoria da produção do seguro automóvel fruto do crescimento das vendas de ligeiros de passageiros que em 2015, segundo dados da ACAP, tiveram uma evolução positiva de 25%, mais 35 670 unidades.

O EBITDA ascendeu a 516 mil euros (mais 177 mil euros do que em 2014), tendo a margem EBITDA subido de 18,7% em 2014 para 24,1% em 2015. No exercício registaram-se alguns movimentos não recorrentes quer ao nível da receita, com a recuperação de cerca de 100 mil euros de proveitos de exercícios anteriores quer ao nível de custos com o pessoal em cerca de 50 mil euros em resultado da extinção do fundo de pensões da sociedade que explicam em parte o crescimento da rentabilidade.

Fruto da melhoria do EBITDA o Resultado Líquido cresceu cerca de 13% para 382,4 mil euros.



Em resumo, apresentam-se de seguida os principais indicadores da empresa:

valores em euros	2015		2014	
Volume de Negócios	2.145.024	100,0%	1.808.750	100,0%
Custos operacionais	1.628.967	75,9%	1.469.954	81,3%
FSE 's	1.111.769	51,8%	1.057.859	58,5%
Custos com Pessoal	534.196	24,9%	496.483	27,4%
Outros (proveito)/custos operacionais	-16.998	-0,8%	-84.388	-4,7%
EBITDA	516.057	24,1%	338.796	18,7%
Amortizações	26.909	1,3%	28.239	1,6%
Resultados Financeiros	2.120	0,1%	6.340	0,4%
Imposto sobre o rendimento	108.819	5,1%	79.907	4,4%
Resultado Líquido	382.449	17,8%	236.989	13,1%
Fluxo de caixa operacional	50.878		-210.227	

5. Política de gestão de risco

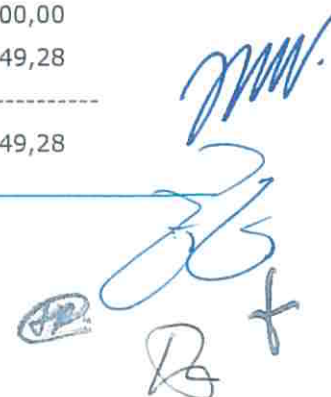
A política da MDS Auto, em matéria de gestão de riscos financeiros e políticas de cobertura insere-se na política integrada de gestão de risco do Grupo MDS definida no âmbito do planeamento estratégico do Grupo de gestão eficiente e equilibrada dos diversos riscos a que se encontra exposta e cuja explanação se encontra descrita nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SGPS, S.A.

6. Proposta de Aplicação dos Resultados

No exercício de 2015, a MDS Auto obteve um resultado líquido de 382.449,28 euros (trezentos e oitenta e dois mil quatrocentos e quarenta e nove euros e vinte e oito cêntimos), o qual propõe que seja aplicado da seguinte forma:

- Dividendos:	380.000,00
- Outras Reservas	2.449,28

	382.449,28



Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top right and several initials below it.

=====

7. Perspectivas 2016

Em **Portugal**, é esperado que o ritmo de crescimento económico permaneça moderado (+1,5% e +2%), num contexto de vulnerabilidades internas, tais como o elevado nível de dívida pública e privada, e o crescimento débil na Europa. O consumo privado continuará a ser o principal motor de crescimento (+1,9%), suportado pelo aumento do rendimento disponível das famílias, beneficiando de algum alívio fiscal, de aumentos de rendimentos dos pensionistas e de aumentos salariais, enquanto a queda do desemprego deverá ser mais contida. É esperado que o Orçamento de Estado para 2016 dê um novo impulso à economia, contudo este está a lançar alguma incerteza sobre as políticas económicas futuras e sobre o respeito pelos compromissos europeus. Apesar das medidas penalizadoras para o sector automóvel previstas no Orçamento de Estado para 2016, a ACAP prevê um crescimento de vendas de automóveis de 11%.

Assim, o principal objectivo em 2016 é a manutenção e reforço como centro de excelência na concepção, desenvolvimento e dinamização de soluções de seguros associados ao setor automóvel com a introdução de ferramentas que permitam um maior eficiência, qualidade e abrangência aos seus clientes. Estar na vanguarda da criação de soluções inovadoras e geradoras de valor, que clientes e parceiros reconheçam, aumentando desta forma a notoriedade da marca MDS Auto.

8. Considerações Finais

Uma palavra de apreço e consideração para todos aqueles que têm contribuído para o progresso da MDS Auto, em especial, aos clientes, que nos convidam a inovar e a criar um serviço cada vez mais adequado ao mercado permitindo assim o crescimento e o reconhecimento desejado, aos colaboradores pelo seu empenho pessoal e profissional, aos accionistas pela confiança e contributo para este projecto e à Assembleia Geral e ao Fiscal único pela disponibilidade sempre demonstrada e a todos aqueles que das mais diversas formas se relacionaram e contribuíram para o progresso da MDS Auto.

Porto, 18 de Março de 2016

**INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO E DO FISCAL ÚNICO
(Art. 447º CSC)**

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (Presidente) – Não tem ações nem obrigações.

José Reis da Silva Ramos (Vice-Presidente) – Não tem ações nem obrigações.

José Manuel Queirós Dias da Fonseca (Vogal) – Não tem ações nem obrigações.

Miguel Pedro Caetano Ramos (Vogal) – Não tem ações nem obrigações.

Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos (Vogal) – Não tem ações nem obrigações.

FISCAL ÚNICO: PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. representada pelo Dr. José Miguel Dantas Maio Marques ou pelo Dr. António Joaquim Brochado Correia – Não tem ações nem obrigações.



INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS DA

MDS – Auto Mediação de Seguros, SA (Art. 448º CSC)

Acionistas	Ações			
	Detidas	Adquiridas	Vendidas	Detidas
	31-12-2014	Em 2015	Em 2015	31-12-2015
MDS SGPS, SA	250.050	0	0	250.050
Salvador Caetano Auto SGPS, SA	249.950	0	0	249.950

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



(Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério)



(José Reis da Silva Ramos)



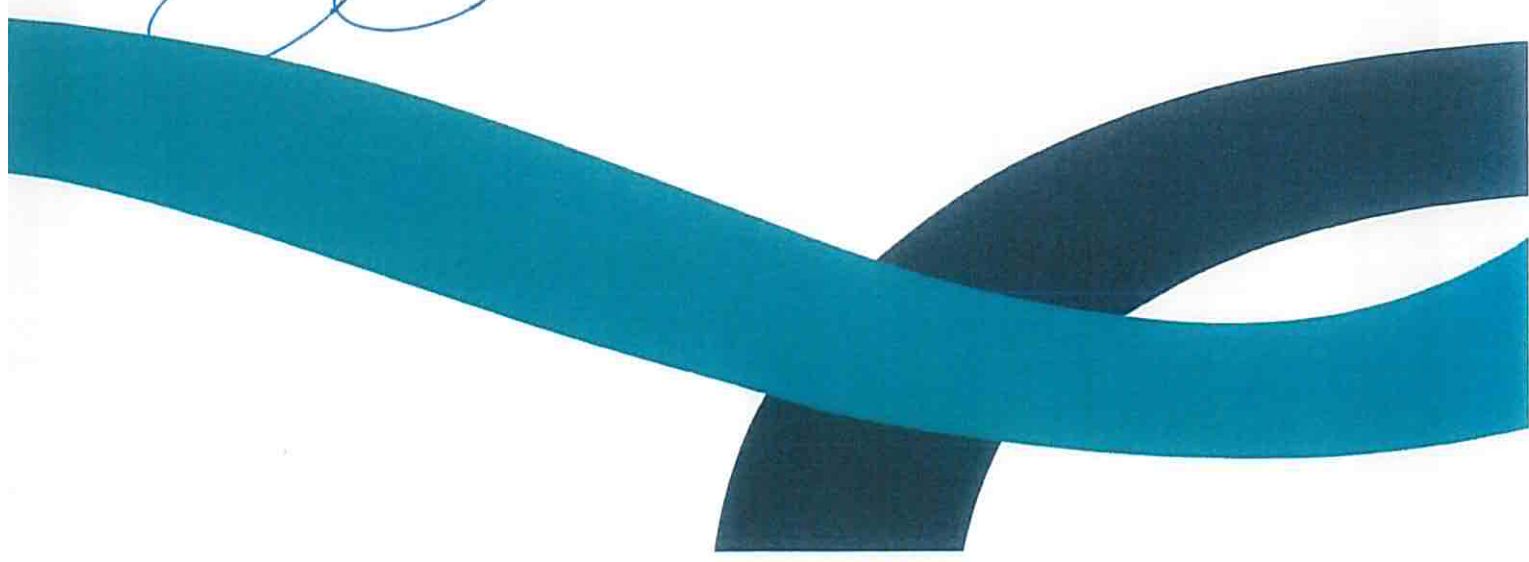
(José Manuel Queirós Dias da Fonseca)



(Miguel Pedro Caetano Ramos)



(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)



MDS Auto – Mediação de Seguros, SA

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 – 1º – 4100-130 Porto

Capital Social 500.000 euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia sob o número único de matrícula e identificação 500 336 792

Relatório e Contas

31 de Dezembro de 2015

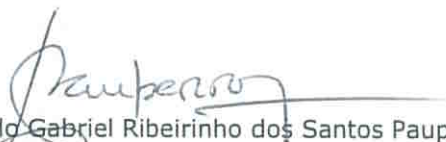
DECLARAÇÃO

Nos termos do art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face aos elementos fornecidos pelos elementos que compõem os Órgãos de Administração e Fiscalização da Empresa, que nenhum deles, possui ações ou obrigações emitidas pela sociedade.

Nos termos e para os efeitos do art. 448º. do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face às comunicações dos acionistas abaixo relacionados, que:

- a MDS SGPS, S.A. possui 250.050 ações, representativas de 50,01% do capital social;
- a Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A. possui 249.950 ações, representativas de 49,99% do capital social.

O Conselho de Administração,


(Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério)


(José Reis Silva Ramos)


(José Manuel Queirós Dias da Fonseca)


(Miguel Pedro Caetano Ramos)


(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)

MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2014
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	5	283,20	6.680,22
Propriedades Investimentos	6	919.609,23	960.205,78
Total de activos não correntes		919.892,43	966.886,00
ACTIVO CORRENTE:			
Clientes	7	68.024,73	119.304,56
Outras dívidas de terceiros	8	478.253,74	357.650,10
Diferimentos	9	7.006,46	5.925,29
Caixa e equivalentes de caixa	4	916.949,81	1.071.451,37
Total de activos correntes		1.470.234,74	1.554.331,32
TOTAL DO ACTIVO		2.390.127,17	2.521.217,32
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social		500.000,00	500.000,00
Reservas Legais		128.483,89	128.483,89
Outras Reservas		743.114,62	736.125,92
Excedentes de revalorização		263.097,88	263.097,88
Resultado líquido do exercício		382.449,28	236.988,70
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	10	2.017.145,67	1.864.696,39
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Passivos por impostos diferidos	11	6.418,14	7.471,00
Total de passivos não correntes		6.418,14	7.471,00
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	12	12.302,69	102.107,13
Estado e outros entes públicos	13	52.684,13	42.069,35
Outras Dívidas a Terceiros	14	301.576,54	504.873,45
Provisões	19		
Total de passivos correntes		366.563,36	649.049,93
TOTAL DO PASSIVO		372.981,50	656.520,93
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		2.390.127,17	2.521.217,32

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Lúcia Santos

O Conselho de Administração





MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2014
Vendas e prestações de serviços	16 e 25	2.145.024,30	1.808.749,70
Fornecimentos e serviços externos	17 e 25	-1.111.769,33	-1.057.859,21
Gastos com o pessoal	18	-534.196,02	-496.482,74
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	19		
Outros rendimentos e ganhos	20	68.853,27	200.179,85
Outros gastos e perdas	21	-51.855,20	-115.791,62
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		516.057,02	338.795,98
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-26.908,98	-28.239,46
Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financ. e impostos)		489.148,04	310.556,52
Juros e rendimentos similares obtidos	22	2.120,38	6.622,74
Juros e gastos similares suportados	22		-283,07
Resultado antes de impostos		491.268,42	316.896,19
Imposto sobre o rendimento do exercício	23	-108.819,14	-79.907,49
Resultado líquido do exercício		382.449,28	236.988,70
Resultados por acção básico		0,76	0,47

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Lurdes Santos

O Conselho de Administração

Luís Pereira
[Signature]
[Signature]
[Signature]

MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014

(Montantes expressos em euros)

Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado Líquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	500.000,00	0,00	128.483,89	881.178,16	0,00	263.097,88	154.947,76	1.927.707,69
Alterações no período								
Aplicação do resultado líquido do exercício	0,00	0,00	0,00	154.947,76	0,00	0,00	-154.947,76	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	0,00	-300.000,00	0,00	0,00	0,00	-300.000,00
2								
Resultado líquido do exercício				-145.052,24	0,00	0,00	-154.947,76	-300.000,00
3								
Resultado integral							236.988,70	236.988,70
4=2+3								-63.011,30
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5								
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	500.000,00	0,00	128.483,89	736.125,92	0,00	263.097,88	236.988,70	1.864.696,39
1+2+3+5								
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	500.000,00	0,00	128.483,89	736.125,92	0,00	263.097,88	236.988,70	1.864.696,39
1								
Alterações no período								
Aplicação do resultado líquido do exercício	0,00	0,00	0,00	6.988,70	0,00	0,00	-236.988,70	-230.000,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	0,00	6.988,70	0,00	0,00	-236.988,70	-230.000,00
2								
Resultado líquido do exercício							382.449,28	382.449,28
3								
Resultado integral							382.449,28	382.449,28
4=2+3								
Operações com detentores de capital no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5								
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	500.000,00	0,00	128.483,89	743.114,62	0,00	263.097,88	382.449,28	2.017.145,67
1+2+3+5								

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Lundes Stutes

O Conselho de Administração



MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2.203.192,14	1.723.181,00
Pagamentos a fornecedores		-1.223.905,00	-1.335.391,00
Pagamentos ao pessoal		-528.818,00	-502.679,00
Caixa gerada pelas operações		450.469,14	-114.889,00
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-97.303,00	-65.245,00
Outros recebimentos / pagamentos		-302.289,00	-30.093,00
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		50.877,14	-210.227,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			-7.084,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		22.501,00	21.920,00
Juros e rendimentos similares		2.120,00	6.622,74
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		24.621,00	21.458,74
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares			-283,00
Dividendos		-230.000,00	-300.000,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-230.000,00	-300.283,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		-154.501,86	-489.051,26
Efeito das diferenças de câmbio			0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.071.451,67	1.560.502,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	916.949,81	1.071.451,67

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Luís Carlos Santos

O Conselho de Administração

Luís Carlos Santos
Luís Carlos Santos
 6 *Luís Carlos Santos* *Luís Carlos Santos*

MDS Auto – Mediação de Seguros, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A MDS Auto – Mediação de Seguros, SA ("Empresa") é uma sociedade anónima, foi constituída em 1975, tem a sua sede na avenida da Boavista nº 1277/88, tendo por atividade principal mediação de seguros, designadamente na área automóvel.

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido – Via Norte, 4470-177 Maia, sendo as suas demonstrações financeiras integradas no exercício de consolidação daquela Empresa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 2015.

O Sistema de Normalização contabilística foi alterado em 29 de Julho de 2015, com a publicação do aviso nº 8256/2015, com aplicação ao exercício iniciado em Janeiro de 2016. Tendo por base os elementos de que dispomos, a referida alteração não irá originar efeitos significativos nas demonstrações financeiras da sociedade.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

3.2 Principais políticas contabilísticas

3.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, em duodécimos pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados, gastos/reversões de depreciação e de amortização. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis da demonstração dos resultados.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

3.2.2 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Esta classificação é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.2.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os

f

fe.

MW

B

Relatos

fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.2.4 Propriedades de Investimento

As Propriedades de investimento são apresentados ao custo de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, em duodécimos pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados, gastos/reversões de depreciação e de amortização. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização das Propriedades de Investimento são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis da demonstração dos resultados.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

f

 C. M. S.

Em resultado de todas as avaliações internas que cuidadosamente a Empresa levou a efeito aos demais imóveis e atendendo à inexistência generalizada de grandes obras em 2014, à inexistência de sinistros relevantes em 2014 e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção da Exma. Administração de que não terá havido alteração significativa ao justo valor destes imóveis em 2014, acreditando por isso serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em fins de 2013.

3.2.5 Instrumentos financeiros

3.2.5.1 Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em dívidas a receber, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que a contraparte está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

3.2.5.2 Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos da empresa após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custo de custos suportados com a sua emissão.

3.2.5.3 Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.5.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de financiamentos obtidos, no balanço.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the text 'Lrta to 3'.

3.2.5.5 Ativos / passivos financeiros relacionados com contratos de seguros e atividade de corretagem

Os corretores de seguros atuam como agentes na colocação de riscos seguráveis dos seus clientes junto das seguradoras pelo que não são responsáveis enquanto parte principal nas transacções efectuadas. Consequentemente, e para além do registo de comissões ou fees com as transacções, nenhum registo contabilístico é efetuado até ao efetivo recebimento dos prémios de seguro ou indemnizações, altura em que são registados os correspondentes passivos em favor do cliente ou da empresa seguradora. Em determinadas circunstâncias, a Empresa adianta as indemnizações aos clientes por conta das seguradoras, situação em que tais montantes ficam reconhecidos como Clientes e Outras dívidas de terceiros.

3.2.5.6 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.6 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.2.8 Rédito e especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

A Empresa procede ao registo de comissões geradas com a atividade de mediação de seguros no momento em que o tomador do seguro procede ao pagamento do respetivo prémio.

Relativamente aos prémios recebidos pela Empresa, não é efetuado qualquer movimento contabilístico até ao momento do efetivo recebimento pela Empresa do prémio, momento em que a Empresa assume a obrigação da entrega do montante do prémio líquido da comissão à Companhia de Seguros respetiva.

Nas situações em que o prémio é liquidado junto da Companhia de Seguros, a Empresa procede ao registo da comissão no momento em que é informada do pagamento do prémio por parte do tomador à Companhia de Seguros.

Nas situações em que a Empresa tem direito ao recebimento de comissões adicionais em função da sinistralidade da carteira no exercício, são consideradas as melhores estimativas dos montantes a receber com base na informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros.

Na rubrica do activo e passivo diferimentos estão incluídos os gastos e os rendimentos que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

3.3 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de imparidades ao valor do ativo;

As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

3.4 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras, se materiais. Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.



cratos

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. O caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 detalha-se conforme se segue:

	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2014
Numerário	482,62	71,71
Depósitos bancários	916.467,19	1.071.379,66
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>916.949,81</u>	<u>1.071.451,37</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>916.949,81</u>	<u>1.071.451,37</u>

5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o detalhe dos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações era o seguinte:

Activo bruto	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2014	0,00	0,00	95.937,09	285.970,52	20.466,67	402.374,28
Aumentos	0,00	0,00			0,00	0,00
Diminuições				-101.009,23		-101.009,23
Transferências / abates			0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2015	0,00	0,00	95.937,09	184.961,29	20.466,67	301.365,05
Aumentos	0,00	0,00	0,00			0,00
Diminuições			-25.000,00	-59.078,64	-17.805,08	-101.883,72
Transferências / abates			0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final a 31 de Dezembro de 2015	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>70.937,09</u>	<u>125.882,65</u>	<u>2.661,59</u>	<u>199.481,33</u>
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2014		0,00	95.937,09	279.606,72	16.146,18	391.689,99
Aumentos	0,00			2.940,80	864,07	3.804,87
Diminuições	0,00			-100.810,03		-100.810,03
Transferências / abates	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2015	0,00	0,00	95.937,09	181.737,49	17.010,25	294.684,83
Aumentos	0,00			2.940,60		2.940,60
Diminuições	0,00		-25.000,00	-59.078,64	-14.348,66	-98.427,30
Transferências / abates	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final a 31 de Dezembro de 2015	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>70.937,09</u>	<u>125.599,45</u>	<u>2.661,59</u>	<u>199.198,13</u>
Valor líquido						
A 31 de Dezembro de 2014	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>3.223,80</u>	<u>3.456,42</u>	<u>6.680,22</u>
A 31 de Dezembro de 2015	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>283,20</u>	<u>0,00</u>	<u>283,20</u>

6 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de “Propriedades de Investimento” corresponde aos activos imobiliários arrendados (Campo Grande) e disponíveis para arrendamentos (Campo Alegre e Júlio Dinis) com vista a gerar rendimentos para a sociedade.

Propriedades de Investimento	Terrenos	Edifícios e outras construções	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2014	314.957,15	1.182.946,96	1.497.904,11
Aumentos	0,00	0,00	0,00
Diminuições	-7.770,33	-23.310,35	-31.080,68
Transferências / abates	0,00	0,00	0,00
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2015	307.186,82	1.159.636,61	1.466.823,43
Aumentos	0,00	0,00	0,00
Diminuições	-7.770,17	-23.310,53	-31.080,70
Transferências / abates			0,00
Saldo final a 31 de Dezembro de 2015	299.416,65	1.136.326,08	1.435.742,73
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2014		496.169,38	496.169,38
Aumentos	0,00	24.434,59	24.434,59
Diminuições	0,00	-13.986,32	-13.986,32
Transferências / abates	0,00		0,00
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2015	0,00	506.617,65	506.617,65
Aumentos	0,00	23.968,38	23.968,38
Diminuições	0,00	-14.452,53	-14.452,53
Transferências / abates	0,00		0,00
Saldo final a 31 de Dezembro de 2015	0,00	516.133,50	516.133,50
Valor líquido			
A 31 de Dezembro de 2014	307.186,82	653.018,96	960.205,78
A 31 de Dezembro de 2015	299.416,65	620.192,58	919.609,23

Adicionalmente divulga-se o valor contabilístico e o justo valor de cada uma destas propriedades de investimento:

Imóvel	2015				2014			
	Local	Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação	Tipo Avaliação	Local	Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação	Tipo Avaliação
Campo Grande	Lisboa	362.206,36	491.000,00	Interna		373.094,81	491.000,00	Interna
Campo Alegre	Porto	540.538,22	499.000,00	Interna		553.131,67	499.000,00	Interna
Júlio Dinis	Porto	16.864,65	94.000,00	Interna		33.979,30	94.000,00	Interna
		919.609,23				960.205,78		

f



 CRUTOS

O justo valor das propriedades de investimento que é objecto de divulgação em 31 de Dezembro de 2015 foi determinado por avaliação imobiliária em 31 Dezembro de 2012 por uma entidade especializada independente – American-Appraisal” (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento). Complementarmente, em resultado de todas as avaliações internas preparadas pela empresa e atendendo à inexistência generalizada de grandes obras em 2013,2014 e 2015, à inexistência de sinistros relevantes e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção da Administração de que não terá havido alteração significativa ao justo valor dos imóveis em 2015, acreditando serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em finais de 2012.

O detalhe dos custos históricos de aquisição de Propriedades de Investimento reavaliado a data de 31 Dezembro 2015 são como segue:

	Custo histórico	Reavaliação	Valor reavaliado
Terrenos	267.082,32	32.334,33	299.416,65
Eifícios e outras construções	570.077,24	95.971,00	618.714,06
	837.159,56	128.305,33	918.130,71

7 CLIENTES

O detalhe dos Clientes em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, é o seguinte:

	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2014
Clientes correntes	68.024,73	119.304,56
Clientes de cobrança duvidosa	768,98	4.767,87
	68.793,71	124.072,43
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 19)	-768,98	-4.767,87
	68.024,73	119.304,56

O saldo de clientes respeita exclusivamente a valores a receber de clientes correntes por dívidas originadas pelo curso normal da actividade da Empresa. Os montantes apresentados encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pela MDS Auto, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A MDS Auto entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas de imparidade se aproximam do seu justo valor.

f
B
AR
M
E
CRATOS

A 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	<u>31.Dezembro.2015</u>	<u>31.Dezembro.2014</u>
Não vencido	17.967	
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	1.329,68	68.344,88
30 - 90 dias	449,96	1.552,41
+ 90 dias	48.277,78	49.407,27
Total	50.057,42	119.304,56
Vencido com registo de imparidade		
+ 360 dias	768,98	4.767,87
Total	768,98	4.767,87
	<u>68.793,71</u>	<u>124.072,43</u>

8 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe de outras contas a receber em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2015</u>	<u>31.Dezembro.2014</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Rappel s/ comissões a receber de seguradoras	144.117,99	49.023,59
Outros	624,91	526,79
Outros devedores		
Partes relacionadas	199.153,50	178.078,38
Seguradoras	98.525,42	88.190,27
Outros	35.831,91	41.831,07
	<u>478.253,73</u>	<u>357.650,10</u>

A 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, a antiguidade dos saldos de Outras dívidas de terceiros pode ser analisada como segue:

	<u>31.Dezembro.2015</u>	<u>31.Dezembro.2014</u>
Não vencido	27.923,35	178.078,38
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	-561,34	77.570,37
30 - 90 dias	23.515,17	69.397,90
+ 90 dias e inferiores a 180 dias	427.376,55	32.603,45
	<u>478.253,73</u>	<u>357.650,10</u>

f
B
C
C. Matos

9 DIFERIMENTOS

O detalhe da rubrica diferimentos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2015</u>	<u>31.Dezembro.2014</u>
Valores devedores		
Seguros	5.791,49	5.843,29
Fornecimentos e serviços externos	1.214,97	82,00
	<u>7.006,46</u>	<u>5.925,29</u>

10 CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o capital social integralmente subscrito e realizado está representado por 500.000 ações ordinárias ao portador com o valor nominal de 1 euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o capital subscrito da sociedade era detido pelas seguintes entidades:

<u>Entidade</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
MDS SGPS, S.A.	50,01%	50,01%
Salvador Caetano SGPS, S.A.	49,99%	49,99%

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas em capital.

Reservas de reavaliação

A empresa procedeu à reavaliação dos seus ativos tangíveis ao abrigo de legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto Lei nº 111/88, de 2 de Abril
- Decreto Lei nº49/91 de 25 de Janeiro
- Decreto Lei nº31/98 de 11 de Fevereiro

De acordo com a legislação vigente estas reservas não são distribuíveis aos acionistas.

As outras reservas correspondem a reservas livres criadas pela empresa, que podem ser distribuídas após a cobertura de prejuízos acumulados..

Os resultados transitados correspondem a resultados de exercícios anteriores.

f JMC JB
 JP. R. L. Santos

11 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O montante registado nesta rubrica respeitava às reavaliações legais dos ativos tangíveis da Empresa.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 foi como se segue:

	Impostos diferidos passivos 31.Dezembro.2015	Impostos diferidos passivos 31.Dezembro.2014
Saldo inicial	7.471,00	9.464,00
Efeito em resultados:		
Reavaliações de imobilizado tangível reintegrável	-1.052,86	-1.993,00
Efeito em reservas:		
	0,00	0,00
Saldo final	6.418,14	7.471,00

12 FORNECEDORES

O saldo de fornecedores em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 pode ser detalhado como segue:

	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2014
Fornecedores gerais	12.302,69	102.107,13
Seguradoras	12.302,69	102.107,13
Fornecedores, conta corrente	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2014
Não vencido	-	-
A pagar		
Até 90 dias	12.302,69	102.107,13
+ 90 dias	0,00	0,00
Total	12.302,69	102.107,13

Os montantes acima referidos respeitam exclusivamente a valores a pagar a fornecedores correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa, sendo o seu valor contabilístico aproximadamente o seu justo valor.

f
B
A2
M
Lr. f. 05

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2015</u>	<u>31.Dezembro.2014</u>
Valores devedores		
Imposto sobre o rendimento		
Outros Impostos		
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	38.747,67	28.506,79
Imposto sobre o valor acrescentado	61,44	
Retenções na fonte	4.910,51	5.109,56
Contribuições para a Segurança Social	8.964,51	8.453,00
	<u>52.684,13</u>	<u>42.069,35</u>

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2015 e 2014.

14 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica outras contas a pagar pode ser detalhada como segue:

	<u>31.Dezembro.2015</u>	<u>31.Dezembro.2014</u>
Outros credores		
Clientes	10.619,81	3.261,27
Outros	105.522,46	251.852,07
Credores por acréscimos de gastos		
Fornecimentos e serviços externos	118.115,89	187.372,18
Despesas com pessoal	67.318,38	62.387,93
	<u>301.576,54</u>	<u>504.873,45</u>

Nas outras Dívidas a Terceiros, a rubrica outros, inclui o valor de 61.564,69 euros em 2015 e 224.062,08 euros em 2014, respeitante ao valor que a empresa tem de liquidar às seguradoras.

f



 (matos

15 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	<u>31.Dezembro.2015</u>	<u>31.Dezembro.2014</u>
Vencíveis em:		
renovável automaticamente	67.177,83	72.341,02
	<u>67.177,83</u>	<u>72.341,02</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 foi reconhecido como gasto do exercício o montante de 67177,83 euros (72341,02 euros em 31 de Dezembro de 2014) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relativos a viaturas e aluguer .

Em 31 de Dezembro de 2015 a empresa tinha celebrado, como locadora, contrato de locação operacional, cujos recebimentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	<u>31.Dezembro.2015</u>	<u>31.Dezembro.2014</u>
Vencíveis em:		
renovável automaticamente	35.400,00	18.000,00
	<u>35.400,00</u>	<u>18.000,00</u>

Em 31 de Dezembro de 2015 foi reconhecido como ganho do exercício o montante de 35.400 euros relativo a rendas recebidas.

16 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A repartição do valor líquido das prestações de serviços nos exercícios de 2015 e 2014 de acordo com a sua natureza pode ser apresentado como segue:

	<u>31.Dezembro.2015</u>	<u>31.Dezembro.2014</u>
Por mercado		
Mercado interno	2.125.331,45	1.769.270,85
Mercado externo	19.692,85	39.478,85
	<u>2.145.024,30</u>	<u>1.808.749,70</u>
	<u>31.Dezembro.2015</u>	<u>31.Dezembro.2014</u>
Comissões	2.125.331,45	1.769.270,85
Outros	19.692,85	39.478,85
	<u>2.145.024,30</u>	<u>1.808.749,70</u>

f
B
M
E
A
L. A. T. J.

A reconciliação dos valores considerados nas divulgações relativamente à Nota 25 (Norma regulamentar nº 15/2009 do Instituto de Seguros de Portugal) e os valores de comissões nacionais é como se segue :

	<u>31.Dezembro.2015</u>	<u>31.Dezembro.2014</u>
Comissões consideradas Norma regulamentar 15/2009 ISP (Nota 34)	2.028.335,08	1.849.740,48
Valor de rappel dotado e não recebido	96.996,37	-132.194,63
Dotação de comissões e reversão de dotação do exercício anterior		50.005,00
Outros		1.720,00
Total de comissões nacionais	<u>2.125.331,45</u>	<u>1.769.270,85</u>

17 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

Os trabalhos especializados estão relacionados com serviços de apoio informático e assessoria à área de negócio da empresa.

	<u>31.Dezembro.2015</u>	<u>31.Dezembro.2014</u>
Trabalhos especializados	887.299,13	836.666,73
Publicidade e propaganda	23.668,98	14.478,35
Livros e doc.Técnica		58,77
Comissões	45.268,34	38.870,55
Serviços bancários	833,58	756,44
Conservação e reparação	16.021,25	19.675,96
Material de escritório	2.666,52	2.095,31
Electricidade	8.237,96	3.622,36
Combustíveis	5.707,89	7.935,06
Água	6.961,80	4.915,08
Deslocações e estadas	664,92	2.744,16
Rendas e alugueres	76.451,98	84.514,40
Comunicação	27.267,34	29.850,56
Seguros	4.212,70	3.928,96
Contencioso e notariado	125,40	455,00
Despesas de representação	446,60	764,01
Limpeza higiene e conforto	3.291,48	3.350,52
Outros	2.643,46	3.176,99
	<u>1.111.769,33</u>	<u>1.057.859,21</u>

f
R
A
L
Matos

18 GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o detalhe de gastos com o pessoal era o seguinte:

	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2014
Remunerações	361.242,79	378.030,20
Encargos sobre remunerações	84.547,04	88.977,72
Seguros	21.613,17	21.401,51
Gastos com acção social	11.900,06	2.996,98
Outros gastos com pessoal	54.892,96	5.076,33
	<u>534.196,02</u>	<u>496.482,74</u>

O número médio de funcionários, em 2015 foi de 16 colaboradores (15 colaboradores em 2014).

19 PROVISÕES E IMPARIDADES

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foi o seguinte:

PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Rubricas	01.Janeiro.2015	Aumentos	Diminuições	31.Dezembro.2015
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 7)	4.767,87	0,00	-3.998,89	768,98
Provisões correntes		0,00		0,00
	<u>4.767,87</u>	<u>0,00</u>	<u>-3.998,89</u>	<u>768,98</u>
Rubricas	01.Janeiro.2014	Aumentos	Diminuições	31.Dezembro.2014
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 7)	4.767,87	0,00		4.767,87
Provisões correntes				0,00
	<u>4.767,87</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>4.767,87</u>

20 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o detalhe de outros rendimentos e ganhos era o seguinte:

	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2014
Rendimentos suplementares	-	-
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis	5.872,31	4.626,44
Diferenças de câmbio		
Excesso estimativa para impostos		
Outros	62.980,96	195.553,41
	<u>68.853,27</u>	<u>200.179,85</u>

f
R
JP
M
Lilias

21 OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o detalhe de outros gastos e perdas era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2015</u>	<u>31.Dezembro.2014</u>
Impostos	44.691,18	41.182,85
Outros	7.164,02	74.608,77
	<u>51.855,20</u>	<u>115.791,62</u>

22 GANHOS E PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o detalhe dos ganhos e perdas financeiras era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2015</u>	<u>31.Dezembro.2014</u>
Juros suportados	0,00	-12,47
Outros	0,00	-270,60
	<u>0,00</u>	<u>-283,07</u>

	<u>31.Dezembro.2015</u>	<u>31.Dezembro.2014</u>
Juros obtidos	2.120,38	6.622,74
	<u>2.120,38</u>	<u>6.622,74</u>

23 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração de resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 podem ser detalhados como segue:

	<u>31.Dezembro.2015</u>	<u>31.Dezembro.2014</u>
Imposto corrente	109.872,00	81.900,49
Imposto diferido (Nota 11)	-1.052,86	-1.993,00
	<u>108.819,14</u>	<u>79.907,49</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 pode ser analisada como segue:



	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2014
Resultado antes de impostos	491.268,42	316.896,19
Benefícios fiscais	-10.740,90	-540,00
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	-7.788,09	
Constatação de diferenças entre amortizações económicas e fiscais decorrentes de reavaliações	1.086,79	1.212,16
Provisões e perdas por imparid. de activos não aceites fiscalmente		
Outros	2.639,16	3.763,76
Lucro tributável	476.465,38	321.332,11
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos		
	476.465,38	321.332,11
Taxa de imposto sobre o rendimento até 12.500 euros	12,50%	12,50%
Taxa de imposto sobre o rendimento	21,00%	23,00%
	100.057,73	73.906,39
Efeito constatação ou reversão de impostos diferidos	-1.052,86	-1.993,00
Derrama	7.146,98	4.819,98
Tributação autónoma	2.667,29	3.174,12
Imposto sobre o rendimento	108.819,14	79.907,49

24 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Os saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Transacções

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2014
Outras partes relacionadas	35.400	18.000	1.034.307	1.255.360
	35.400	18.000	1.034.307	1.255.360
	Juros auferidos		Dividendos pagos	
	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2014
Accionistas	-	-	230.000	300.000
Outras partes relacionadas	-	-	-	-
	-	-	230.000	300.000
	Aquisições imobilizado		Alienações imobilizado	
	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2014
Outras partes relacionadas			17.000,00	21.920,00
			17.000,00	21.920,00
	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2015	31.Dezembro.2014
Accionistas	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	220.792	249.126	-20.582	-100.257
	220.792	249.126	-20.582	-100.257

f



 L. Neto

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, à Efanor Investimentos, SGPS, SA e ao Grupo Salvador Caetano, SGPS, SA.

Os membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 não tiveram qualquer remuneração, nem foram concedidos empréstimos a Administradores da sociedade.

25 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Norma Regulamentar nº 15/2009 do Instituto de Seguros de Portugal

a) Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

Informação incluída na nota 3.2.8 Rédito e Especialização dos Exercícios.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações (€)	
	2015	2014
Numerário	2.028.335,08	1.849.740,48
Espécie		
TOTAL	2.028.335,08	1.849.740,48

Por tipo	Remunerações (€)	
	2015	2014
Comissões	2.028.335,08	1.849.740,48
Honorários		

Adicionalmente, encontra-se efectuada na Nota 16 a desagregação da natureza do rédito da Empresa nos exercícios findos de 31 de Dezembro de 2015 e 2014.

Unates

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida", Fundo de Pensões e conjunto dos ramos " Não Vida" e por origem

Cod. ISP	Por entidade (origem)	Remunerações				Fundos de Pensões	
		Ramo Vida		Ramo Não Vida		2015	2014
		2015	2014	2015	2014		
1001	ACOREANA-COMP.ºSEGUROS,SA	4,50	13,50	52.106,29	89.287,37		
1010	LIBERTY SEGUROS,SA	585,85	798,06	20.225,42	15.936,61		
1011	COMP. SEGUROS FIDELIDADE MUNDIAL,SA	1.965,26	1.646,12	219.896,02	194.451,43		
1021	GENERALI VIDA-COMP. SEGUROS, SA	66,91	498,70				
1025	LUSITANIA VIDA, SA		112,68				
1026	LUSITANIA-COMP. SEGUROS,SA			4.359,43	6.482,85		
1028	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL			4.482,72	6.549,50		
1029	REAL VIDA SEGUROS,SA		278,85				
1037	COMP DE SEGUROS TRANQUILIDADE, SA	19,16		1.241.395,64	1.015.430,40		
1039	AXA PORT.COMP.º SEGUROS VIDA,SA		110,34				
1043	GENERALI COMP.º SEGUROS,SA			72.758,32	84.434,84		
1085	AIG Europe Limited			4.754,22	1.318,71		
1096	VITORIA SEGUROS VIDA,SA	41,45	96,96				
1097	GROUPAMA SEGUROS,SA			885,87	1.081,64		
1098	GROUPAMA SEGUROS VIDA,SA	3.202,85	1.575,16				
1102	MAPFRE ASISTENCIA CÍA INTER SEG E R				58,04		
1129	AXA PORT.COMP.º SEGUROS,SA	79,59		2.022,94	2.450,45		
1145	MAPFRE-SEGUROS GERAIS,SA	73,02		351.979,16	373.858,16		
1151	EUROVIDA-COMP. SEGUROS VIDA,S.A.	44,42	258,23				
1160	VITORIA SEGUROS,SA			1.773,15	1.488,31		
1165	TRANQUILIDADE VIDA	37.472,79	43.028,58				
1166	HISCOX INS. COMP. LIMITED-SUCURSAL			154,05	150,99		
1184	ZURICH-COMPANHIA SEGUROS,S.A.			3.581,95	6.852,52		
1186	MAPFRE-SEGUROS VIDA,SA		187,11				
1188	METLIFE	2.213,63	1.088,05	238,28	528,39		
1023	OCIDENTAL				1,86		
	Outras sem código de mediação		605,87	1.952,19	-919,80		
	TOTAL	45.769,43	50.298,21	1.982.565,65	1.799.442,27	0,00	0,00

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

Cod. ISP	Por entidade (origem)	Remunerações %	
		2015	2014
1037	COMP DE SEGUROS TRANQUILIDADE, SA	61,2%	54,9%

e) Valores das contas "clientes"

Contas "clientes"	Valores das contas "clientes" €	
	2015	2014
Início exercício	769.833,86	623.990,47
Final do exercício (Nota 4)	793.354,56	769.833,86
Volume movimento do exercício		
A débito	9.501.129,42	8.637.382,31
A crédito	9.477.608,72	8.491.538,92

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (origem)	Contas a receber		Contas a pagar	
	2015	2014	2015	2014
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários	24,26		179,80	
Empresas de seguros	98.525,42	88.190,27	61.564,59	224.062,08
Outros mediadores	-0,00	-0,00		-0,00
TOTAL	98.549,68	88.190,27	61.744,39	224.062,08

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final de exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2015	2014	2015	2014
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	98.525,42	88.190,27	61.564,59	224.062,08
Outras quantias				
TOTAL	98.525,42	88.190,27	61.564,59	224.062,08

h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato (final do exercício).

Informação divulgada nota 8.

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Contas "clientes"	Valor	
	2015	2014
Garantias (caução)	-0,00	-0,00

j) Transmissão de carteiras de seguros

Não aplicável

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela

Não aplicável

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não aplicável

f
D
M
B
11/2015

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

Cod.ISP	Empresas de seguros	Remunerações			
		Ramo Vida / Não Vida/Fundos de Pensões			
		€		%	
		2015	2014	2015	2014
1037	COMP DE SEGUROS TRANQUILIDADE, SA	1.241.395,64	1.015.430,40	61,2%	54,9%
1145	MAPFRE-SEGUROS GERAIS,SA	352.052,18	373.858,16	17,4%	20,2%
1011	COMP.SEGUROS FIDELIDADE MUNDIAL,SA	221.861,28	196.097,55	10,9%	10,6%
1043	GENERALI COMPANHIA SEGUROS	72.758,32	84.434,84	3,6%	4,6%

n) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome

Não aplicável

o) Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais lhe foram outorgados poderes de cobrança

Não aplicável

p) Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas


Não aplicável

Rg + 
 
 Inatos

26 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

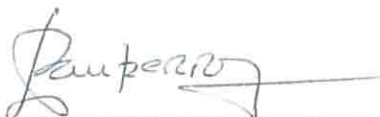
As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração de 18 Março de 2016, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

O Técnico oficial de Contas,



(Maria de Lurdes Matos)

O Conselho de Administração,



(Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério)



(José Reis Silva Ramos)



(José Manuel Queirós Dias da Fonseca)



(Miguel Pedro Caetano Ramos)



(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda,
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente
Sede: Palácio Soltomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

LM

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras; e
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

21 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.



Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 2.390.127 euros e um total de capital próprio de 2.017.146 euros, incluindo um resultado líquido de 382.449 euros), a Demonstração dos resultados, por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda,
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente
Sede: Palácio Sottomayer, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

MH

Reservas

7 Em 31 de dezembro de 2014, as demonstrações financeiras da empresa evidenciavam contas a receber com antiguidade e não ajustadas no montante de, aproximadamente, 44 milhares de euros, relativamente às quais se encontravam em curso ações internas de análise da respetiva recuperação e reclamação das mesmas junto dos respetivos devedores. Por esse motivo, não se encontravam reunidas todas as condições que nos permitissem concluir, àquela data, sobre a realização integral daqueles montantes. Em 31 de dezembro de 2015, a situação em questão mantém-se, pelo que não estamos em posição de concluir quanto aos efeitos nas demonstrações financeiras da Sociedade em consequência desta questão.

8 Em 2014, as avaliações das propriedades de investimento evidenciaram a existência de imparidades não registadas no valor de cerca de 57 milhares de euros. Em 2015, da análise efetuada a avaliações e testes de imparidade sobre propriedades de investimento, verificou-se a existência de imparidades por registrar no valor de cerca de 44 milhares. Deste modo, a rubrica de propriedades de investimento encontra-se sobreavaliada em cerca de 44 milhares euros, os resultados transitados sobreavaliados em 57 milhares de euros e o resultado do período subavaliado em cerca de 13 milhares de euros.

Opinião

9 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação referida no parágrafo nº 7 acima e exceto quanto aos efeitos da situação referida no parágrafo nº 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A, em 31 Dezembro 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

10 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

21 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C